**Excelências,**

1. O mandato do Especialista Independente das Nações Unidas para a protecção contra a violência e discriminação baseada na orientação sexual e identidade de género foi estabelecido pela Resolução 32/2 do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas em 2016. O Mandato responde à preocupação da comunidade das nações em relação à intolerância, discriminação e aos abusos flagrantes contra pessoas lésbicas, *gays*, bissexuais e transsexuais (LGBT), conforme documentado nos dois relatórios elaborados em 2011 e 2015 pelo Alto-Comissário para os Direitos Humanos e os quatro relatórios apresentados pelo Mandato à Assembleia Geral e ao Conselho de Direitos Humanos da ONU. Os deveres que a comunidade das nações me confere visam dar visibilidade à situação de violência e discriminação contra as pessoas LGBT e prestar assessoria aos Estados em relação às medidas efectivas para lidar com tal violência e discriminação.
2. Visitei Moçambique de 3 a 10 de dezembro de 2018, com vista a estabelecer um panorama do usufruto dos direitos humanos pelas pessoas LGBT e avaliar a implementação das normas nacionais e internacionais existentes em matéria de direitos humanos quanto ao combate da violência e da discriminação. Durante a minha visita, desloquei-me para Maputo e Nampula reuni-me com representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como com autoridades locais e com o Provedor da Justiça (*Ombudsman*).
3. Apraz-me endereçar os meus calorosos agradecimentos ao Governo de Moçambique pelo convite que me foi formulado para realizar esta visita, pela sua cooperação na preparação da visita e pela sua excelente hospitalidade. Importa referir o facto de muitas das pessoas com quem me reuni terem indicado que esta foi a primeira vez que tiveram uma discussão institucional sobre a problemática das pessoas LGBT, e agradeço a excepcional abertura, respeito e franqueza com que as discussões foram realizadas, bem como o compromisso firmado de se dedicar atenção a estas questões no futuro.
4. Foi igualmente um enorme prazer ter a oportunidade de discutir longamente com líderes e membros da comunidade da fé Islâmica em Nampula e com líderes de outras denominações religiosas em Maputo, bem como com médicos tradicionais no Norte. Sempre me sinto encorajado a discutir com líderes religiosos e comunitários proeminentes: embora identifiquemos áreas de discordância, entendo que concordamos com o facto de que a violência e a discriminação baseada na orientação sexual e identidade de género nunca são justificadas e, por conseguinte, devem ser condenadas e desencorajadas. Foi, também, gratificante ouvir, de todos os interlocutores, a disposição de continuar uma conversa com vista a aprender a criar espaços de convivência pacífica e respeitosa. Ao criar a Resolução 32/2, a comunidade das nações solicitou que o diálogo fosse um dos princípios orientadores do meu mandato, e estou muito feliz por ter conseguido implantar essa abordagem tão activamente durante a minha visita.
5. Tive também o privilégio de me reunir com várias organizações da sociedade civil que trabalham em áreas que possuem intersecções significativas com as preocupações do meu mandato, e beneficiei-me da cooperação e do apoio indispensável da Lambda Moçambique, uma organização que considero merecedora de apreço e apoio, e para a qual todo e qualquer moçambicano, creio eu, deveria sentir-se muito orgulhoso. A Lambda, em particular, mostrou-se muito interessada em compartilhar os seus conhecimentos e suas opiniões, e facilitou contactos com dezenas de membros da comunidade LGBT que, por sua vez, também compartilharam suas experiências de vida comigo.
6. A todos que se reuniram comigo, quero expressar o meu apreço pela sua disponibilidade de participar em um diálogo aberto e construtivo.
7. Endereço, igualmente, os meus agradecimentos à Equipa Nacional das Nações Unidas pela sua assistência.
8. A presente declaração do fim da missão será acompanhada de um relatório completo com observações, conclusões e recomendações, que serão apresentadas ao Conselho de Direitos Humanos em Junho de 2019, e que incluirá a totalidade das minhas recomendações ao Governo de Moçambique.

**Excelências**

1. Eu projectei a minha visita a Moçambique com certas características-chave do país em mente. Fiquei emocionado com a promessa de visitar um país com sua experiência extraordinária, de uma confluência de tradições e pluralidade de ordens jurídicas, equipadas de maneira única, a meu ver, para lidar com as implicações locais, nacionais e globais da abordagem relativamente nova que leva meu mandato a uma realidade tão antiga quanto a própria humanidade (orientação sexual e identidade de género). Também estou convencido de que a Lei de 2015 de Moçambique que descriminalizou as relações entre pessoas do mesmo sexo apresenta uma oportunidade única para identificar agendas pós-descriminalização. Finalmente, também me senti motivado pelas oportunidades e desafios que cercam a inclusão social em um país firmemente comprometido com o avanço da meta de “não deixar ninguém para trás” dentro dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.
2. A experiência não desapontou. Acredito que esta visita permitirá que o Mandato forneça ao Estado moçambicano uma visão panorâmica do estado de gozo dos direitos humanos pelas pessoas lésbicas, *gays*, bissexuais e trans, bem como identificar boas práticas, que penso serão úteis para o contexto africano e para a comunidade das nações, em geral.
3. Em particular, sei que alguns grupos e indivíduos na África expressam a opinião de que a diversidade na orientação sexual e identidade de género é um fenómeno que é estranho ao continente. Uma fabricação ou importação de outras áreas do mundo. Durante os últimos 10 dias, reuni-me com uma grande variedade de homens homossexuais, mulheres lésbicas e homens e mulheres bissexuais e trans que compartilharam comigo suas experiências vividas de reconhecer a si mesmos, desde que podem se lembrar, “diferentes” da norma que prevalecia; e de ter essa consciência ligada ao desejo sexual e à identidade de género, tão longe quanto sua memória lhes pode levar. Essas pessoas sabiam, desde então, que essas características são tão fundamentais para a sua identidade quanto sua a personalidade, a forma do seu coração ou a cor dos seus olhos. Muitas delas relatam ter tido esses sentimentos antes mesmo de conhecer ou compreender que outras pessoas no mundo também as tinham, antes de qualquer exposição às pessoas fora da sua comunidade, sua região e certamente do seu país. Todas essas pessoas merecem respeito: os Africanos também são *gays*, lésbicas, bissexuais e trans. Dizer o contrário não é apenas um delírio, mas também alimenta o estigma, a discriminação e o ódio.

**Um modelo com muito a ensinar**

1. Antes e durante a minha visita, não recebi nenhuma informação de violência física massiva, sistemática ou flagrante contra pessoas LGBTI em Moçambique. Todas as pessoas entrevistadas, todas as evidências consultadas e todos os elementos de informação recolhidos levam à conclusão de que Moçambique está, portanto, livre deste flagelo. As partes consultadas concordam quando atribuem esta realidade a níveis de tolerância dentro da sociedade moçambicana, e ao valor atribuído à construção de consenso por todos os actores sociais.
2. Esse alto nível de tolerância tem impacto positivo sobre a aceitação de lésbicas, *gays,* bissexuais ou transsexuais como membros da sociedade que merecem protecção e igualdade de direitos. E, como detalharei nestas observações, aí reside um capital extraordinário, no qual a sociedade precisa investir para registar avanços adicionais nesta área.
3. A tolerância social é reforçada por padrões constitucionais e legais. Ao discutir a erradicação da violência e da discriminação com base em orientação sexual e identidade de género, fiquei positivamente impressionado pelo facto de que todos os agentes do Estado entrevistados, incluindo as autoridades do Tribunal Supremo, imediatamente fizeram referência à norma prevista no artigo 35 da Constituição. Todavia, em termos jurídicos estritos, a não inclusão expressa dessas características (orientação sexual ou identidade de género) como fundamentos de protecção e a natureza *numerus clausus* do Artigo 35 poderiam dar azo a uma interpretação diferente da norma.

1. Da mesma forma, e contrariamente à minha preconcepção, não encontrei provas de que o processo pelo qual a Assembleia da República eliminou a tipificação de crimes contra a natureza expressa nos Artigos 70 e 71.4 foi o resultado de uma acção política coordenada visando combater a violência e a discriminação com base na orientação sexual e identidade de género. Na Assembleia da República, fiquei a saber que esta mudança legislativa não estava relacionada com a homossexualidade, a qual nunca tinha sido ilegal em Moçambique, na opinião dos meus interlocutores.
2. Assim, foi refutada uma das minhas teorias de trabalho, relacionada à possibilidade de que a descriminalização fosse um passo ou uma parte de uma agenda de políticas públicas para a promoção e protecção dos direitos das pessoas LGBT. Em vez disso, os agentes do Estado expressaram consistentemente que os pontos de vista de outros sobre os direitos das pessoas LGBT são muito negativos, que se trata de uma questão de forte controvérsia social que deve ser tratada com grande cuidado e apenas progressivamente. Essa é uma visão que, acredito, deve ser contestada. De facto, todas as pessoas entrevistadas durante a minha visita, desde os líderes religiosos, autoridades políticas até aos activistas LGBT, expressaram que, na sua opinião, não há uma única razão para justificar a violência e a discriminação com base em orientação sexual e identidade de género. Esta observação é consistente com uma pesquisa de opinião realizada na região que mostra que Moçambique está entre os países mais tolerantes na África no que diz respeito às pessoas LGBT, e com inquéritos nacionais que mostram que mais de 60% dos moçambicanos acreditam que as pessoas LGBT devem gozar dos mesmos direitos que outros e que mais de 65% são da opinião de que pessoas LGBT devem ser protegidas contra discriminação no local de trabalho. Outra pesquisa, realizada em 2017 pela Lambda nas cidades de Maputo, Beira e Nampula, constatou que 85% dos entrevistados se opuseram à violência contra pessoas LGBT e viriam ajudá-los se fossem fisicamente agredidos.
3. Portanto, onde está o problema político? Como detalharei nestas observações, após esta visita, estou convicto de que o problema está no facto de o Estado ainda não ter assumido plenamente a sua responsabilidade de dissipar algumas concepções equivocadas em torno deste tópico.

**… Mas é necessário avançar esta agenda agora**

1. No majestoso assento da vossa Assembleia da República, fiquei impressionado com a seguinte expressão de um legislador:

*Você tem que entender: a homossexualidade não é proibida em Moçambique, mas também não é permitida. Em Moçambique somos muito tolerantes, mas o que acontece em outros países do mundo - por exemplo, homens que casam com outros homens - não é algo que possamos apoiar.*

1. Fiquei impressionado por esta declaração porque ela parece compilar todos os equívocos que tornam muito difícil um assunto que é, de facto, bastante simples. De acordo com o princípio da legalidade, “o princípio dos princípios”, se algo não for proibido em Moçambique, é permitido. Então, depois de dialogar com o meu interlocutor, entendi que o que ele queria dizer era que a homossexualidade não deveria ser promovida. Em outras palavras, que o Estado não pode - e não vai - tomar medidas que possam ser vistas como promotoras de que as pessoas sejam *gays* (e, suponho, lésbicas, bissexuais ou trans).
2. Eu entendo o ângulo político dessa preocupação, mas acredito que é dever do Estado dissipá-la através da educação. De facto, a homossexualidade, o lesbianismo, a bissexualidade e a diversidade de género não podem ser promovidos, da mesma forma que não se pode promover que uma pessoa tenha olhos castanhos ou azuis. Estes não são estilos de vida: são traços inerentes da natureza humana. E acredito que todo moçambicano sabe disso: como uma senhora idosa de uma comunidade rural afirmou, com grande sabedoria: “nós, mães, sempre sabemos. Nós vemos nossos filhos; nós sabemos o que os faz sorrir; o que os faz sonhar. Então nós sempre sabemos. Mas se nosso filho gosta de um menino ou se a nossa filha gosta de uma menina, ficamos apavorados porque sabemos que na sua vida passará por muito sofrimento, e ficamos tão envergonhados porque os vizinhos nos criticam. Então, tentamos mudá-los, para os proteger e para nos protegermos”.
3. Em outras palavras, está claro que as pessoas LGBT existem, e que não têm voz sobre a sua natureza. O que o distinto legislador quis dizer, no fim do dia, é que o Estado não deve promover a sua capacidade de viver livres e em igualdade, isto é, aberta e orgulhosamente. E, por conseguinte, Excelências, aqui reside o vosso desafio, pois é precisamente isso que todas as lésbicas, todos os gays, bissexuais e transsexuais devem fazer em conformidade com os seus direitos humanos.
4. Assim dizendo, gastaria tanto que a equação moçambicana fosse muito bem-sucedida em proteger

estas pessoas dos níveis de violência que enfrentam em outros cantos do mundo - em todas as regiões do mundo. É o que recomendo ao Estado e ao povo moçambicano. Isso mostra que, dentro da sociedade moçambicana, reside um nível de respeito à diversidade, o que os colonos portugueses, britânicos, franceses e espanhóis teriam aprendido com a implantação da legislação anti-sodomia que, durante séculos, causou muita dor e sofrimento a milhões de pessoas.

1. O outro lado da moeda, porém, é que esse pacto social tem um preço, nomeadamente, a desigualdade e a privação emocional. O acordo social tácito, concluo, não visa atacar os homossexuais, as lésbicas, os bissexuais ou pessoas com diversidade de género, desde que a sua verdadeira natureza permaneça invisível. Este arranjo pode ser conveniente para alguns sectores da sociedade, mas simplesmente não é aceitável nos termos do direito internacional relativo aos direitos humanos ou no melhor interesse da sociedade. Durante a minha visita, as lésbicas, os gays, bissexuais e as pessoas transsexuais descreveram-me mecanismos invisíveis de exclusão que dá azo à sua marginalização.
2. A exclusão começa, muitas vezes, dentro da família. Numa sociedade patriárquica, como Moçambique, há também uma grande pressão sobre os homens, para que estes se casem e dêem continuidade ao nome da família e cumpram com os valores familiares tradicionais. Nesse contexto, as pessoas encaram igualmente dificuldades em compreender como um homem pode até pensar em querer ser uma mulher. Há também a percepção de que os homens *gays* estão em transição, a caminho de se tornar uma mulher. A maioria dos pais considera as suas crianças como um prolongamento de si e, por conseguinte, desejam uma vida estável, tranquila e feliz para elas, em todas possíveis áreas da vida, nomeadamente, profissional, pessoal e social. Consequentemente, o nível de intolerância dos pais, nos casos em que a criança revela uma orientação sexual não-tradicional, conforme destacado pela pesquisa da Lamba supra mencionada, pode tornar-se insuportável. Isto é exacerbado pela falta de conhecimento sobre a diversidade na orientação sexual e identidade de género e pela representação social negativa da homossexualidade, fazendo que as famílias e comunidades tenham sentimentos de vergonha, e os membros da comunidade tenham homofobia internalizada. Em muitos casos, quando as crianças revelam a sua orientação sexual ou identidade de género não-normativo, as famílias querem "resolver o problema" e procuram ajuda para devolver as crianças LGBT no caminho da "normalidade". Em tais casos, os pais podem recorrer aos serviços das igrejas para os "livrar" através de orações e curandeiros, já que acreditam que os seus filhos assim agem por "forças externas". Tais "tratamentos", que incluem tanto a violência psicológica, física como a sexual, conforme abaixo ilustrado, têm consequências devastadoras sobre a saúde física e mental de crianças LGBT. Ouvi muitos relatos de crianças LGBT que são rejeitadas por suas famílias, expulsas das suas casas ou privadas de apoio financeiro, incapazes de prosseguir com os seus estudos e que enfrentam pobreza. Consequentemente, as mulheres trans e *gays*, em particular, podem recorrer à prostituição para sobreviver.
3. Há uma falta generalizada de aceitação de diversas orientações sexuais e identidades de género por parte das organizações baseadas na fé. No entanto, ouvi palavras sábias de líderes religiosos, destacando a necessidade de respeitar as pessoas LGBT, a sua escolha, e realçando o papel dos líderes religiosos na promoção do respeito e da tolerância para com as pessoas LGBT, mesmo que discordem. Dado que a grande maioria dos moçambicanos são religiosos, tais apelos penetrariam rapidamente nas famílias e contribuiriam bastante para o aprofundamento dos direitos humanos das pessoas LGBT.
4. As próprias pessoas LGBT têm falta de conhecimento sobre a diversidade sexual e de género e do facto de que se trata de uma variação normal da humanidade, que sempre existiu e que é igualmente válida. Como consequência, os membros da comunidade tendem a integrar a visão negativa da sociedade, no geral, e internalizam o preconceito social com consequências para a sua auto-estima e bem-estar. Conforme um membro da comunidade afirmou: "Todo o sistema é projectado de forma a excluir pessoas LGBT. Não existe violência generalizada contra nós, mas estamos sujeitos à exclusão, pobreza e violência psicológica. Estas são igualmente formas válidas de violência. As feridas da alma não curam e têm um impacto negativo em toda a vida."
5. Para proteger suas famílias e suas comunidades da vergonha ou do medo de perder privilégios sociais ou acesso a posições de liderança, os membros da comunidade LGBT tendem a esconder a sua verdadeira identidade. Eles acabam por viver uma vida que corresponda às expectativas sociais, mas continua insatisfatória, ou uma vida dupla, com uma família tradicional como uma fachada e tendo relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo em paralelo.
6. O estigma e a ignorância sobre diversas orientações sexuais e identidade de género têm impacto sobre todas as áreas da vida. As pessoas LGBT enfrentam discriminação e violência nas suas casas, na escola, no trabalho, dentro das suas comunidades religiosas, quando se dirigem aos serviços de saúde ou quando procuram a protecção da polícia, etc. Dado à falta de estudos oficiais ou dados estatísticos, a informação sobre a violência e discriminação com base na orientação sexual e identidad de género é irregular e incompleta. A informação partilhada por organizações da sociedade civil e evidências anedóticas colectadas durante a minha visita, no entanto, mostram padrões claros de exclusão, como ilustrado a seguir.
7. De acordo com uma pesquisa recente, mais de 65% da população moçambicana acredita que as pessoas transsexuais devem gozar dos mesmos direitos e ser protegidas contra a discriminação laboral. A maioria acreditava também que elas deveriam ser autorizadas a mudar o seu sexo legal. As pessoas trans e outras de género não-conformes estão entre os mais vulneráveis. Na falta de possibilidades de mudar a sua identidade e de se submeter ao tratamento de afirmação de género, elas têm de enfrentar diariamente situações de estigma e discriminação devido à diferença entre a sua expressão sexual e a sua identidade de género. As pessoas transsexuais têm de enfrentar diariamente violência na rua, nas paragens, na escola, etc. Elas são ridicularizadas, chamadas de nomes e abusadas. Algumas até acreditam que são demónios. A título de exemplo, uma mulher trans explicou que, uma vez, ela estava na paragem quando uma multidão de jovens a rodeou e a agrediu para expor os seus órgãos genitais em público para mostrar o seu sexo biológico. Quanto às pessoas transsexuais, a diferença entre a sua expressão como homem ou mulher e o seu nome e marcador de género leva a casos de violência e abuso psicológico. Uma mulher trans contou uma destas ocasiões em que o polícia olha para o seu Bilhete de Identidade e diz: "este não é teu". Muitas outras mulheres trans explicaram situações semelhantes, em que o seu nome masculino foi chamado em uma sala de espera de uma unidade sanitária cheia de pessoas, o que levou a zombaria e olhares de desprezo. Devido ao estigma e preconceito, muitas pessoas transsexuais são expulsas das suas famílias e enfrentam barreiras no que tange ao acesso à educação, aos cuidados de saúde ou ao trabalho. Uma trabalhadora de sexo transsexual de Maputo disse-nos: "Antes de ser uma trabalhadora de sexo, trabalhava como uma cabeleireira, mas fui despedida por causa de minha identidade de género. O meu chefe temia que eu fosse "contaminar" as outras". Um homem trans na província de Nampula contou-me o quão difícil foi encontrar um emprego. Ele disse: "Candidatei-me a um emprego e fui chamado para uma entrevista, mas quando me chamaram com o meu nome feminino e viram um homem em sua frente, ficaram confusos. Eu não fui seleccionado para o emprego".
8. Em consequência, muitas dessas pessoas são colocadas em situações de vulnerabilidade e comportamentos de alto risco, por exemplo, o trabalho sexual. As trabalhadoras de sexo trans informaram-me sobre casos em que reclamações de violência ou comportamento abusivo de seus clientes não teriam sido tomadas a sério pela polícia; pelo contrário, teriam levado a prisões arbitrárias e subornos aos clientes. As trabalhadoras de sexo trans com quem me reuni afirmaram que não foram tidas como vítimas de violações de direitos humanos e que as suas identidades de género não eram respeitadas pela polícia, que as chamava pelos nomes masculinos. No entanto, disseram-me que há medidas a ser tomadas no sentido de consciencializar a polícia sobre a vulnerabilidade dos trabalhadores de sexo trans e homens que fazem sexo com outros homens.
9. Existem muitos obstáculos no que tange ao gozo do direito à saúde por parte das pessoas trans. Um deles está relacionado ao estigma associado à sua identidade de género, que se estende a todos os estratos da sociedade, incluindo os profissionais de saúde. Apenas um pequeno número de unidades sanitárias é reconhecido pela comunidade como sendo amigo das pessoas LGBT. Apesar de algumas directrizes e formação dirigida aos profissionais da saúde sobre os direitos das pessoas trans como uma população-chave na luta contra o HIV/SIDA, o estigma prevalece e os trabalhadores de saúde não estão imunes a atitudes discriminatórias em relação aos trabalhadores de sexo trans ou homens que fazem sexo com outros homens. Vários membros da comunidade afirmaram que subornam os médicos para que lhes seja atribuído um "bom" profissional da saúde, aquele que respeita as pessoas trans. Outras disseram que esconderiam a sua identidade de género, tirariam roupas e trajes femininos e fingiriam ser *gays* para não ser insultadas por profissionais da saúde ou outras pessoas quando os profissionais de saúde as chamam usando seus nomes masculinos. Outras disseram que prefeririam usar médicos tradicionais para receber o tratamento relativo às doenças sexualmente transmissíveis ou recorrer à automedicação. O encerramento antecipado dos centros de saúde às 15h00 constitui outro obstáculo para as pessoas transsexuais que se dedicam ao trabalho sexual.
10. Como supra descrito, como população-chave, a prestação de serviços de saúde para pessoas transsexuais centra-se exclusivamente no HIV/SIDA. Não há acesso ao tratamento de afirmação de género, como cirurgias ou terapias hormonais. Como este é um elemento essencial para afirmar a sua identidade de género, os transsexuais podem enveredar por procedimentos artesanais, como a injecção de óleo de silicone industrial para o aumento dos seios. Aqueles com capacidade financeira podem ir a países vizinhos para receber tratamentos que não estão disponíveis em Moçambique. No entanto, quando retornam, eles enfrentarão riscos relacionados à discrepância da sua identidade legal.
11. Durante a missão, ouvi vários relatos de mulheres transsexuais que foram maltratadas durante a sua detenção inicial, como o corte completo dos seus longos cabelos e o confisco das suas roupas femininas. Além disso, pessoas transsexuais são mantidas em prisões de homens ou mulheres com base no seu sexo biológico, o que as coloca em situações de grande vulnerabilidade à violência, incluindo a violência sexual.
12. De acordo com as expectativas sociais, as mulheres devem casar-se e ter filhos. Eu ouvi vários depoimentos de mulheres lésbicas que foram pressionadas pelas suas famílias, através de meios financeiros e outros, para se conformar com essas expectativas e enfrentar a exclusão quando as tentativas de mudar a sua orientação sexual fracassassem. Uma estudante lésbica, por exemplo, foi chantageada pelo pai, ameaçada de terminar seus estudos e de ser levada aos médicos tradicionais se não parasse de sair com outras mulheres. Outra contou-nos que ela havia sido rejeitada pela avó que a criava. Ela disse: "Você é uma mulher adulta, você precisa sair com um homem". Como ela não cumpriu, a avó parou de pagar os seus estudos.
13. Como parte desta tentativa de mudar a orientação sexual da sua filha lésbica, várias pessoas mencionaram a prática de terapias de conversão, ou "curas" feitas pelas igrejas e médicos tradicionais e a prática de estupro correctivo, como uma medida punitiva para uma doença que precisa ser curada. Durante a minha visita, ouvi estórias de estupros correctivos organizados pela família da mulher lésbica, pela comunidade, ou no contexto de uma "cura" realizada por algumas igrejas ou médicos tradicionais. Foi-me dito, por exemplo, que uma mulher lésbica que vivia no campo de Maratane foi estuprada por crianças do bairro, dizendo: "Como pode uma mulher amar outra mulher. Você deve estar com fome sexual. Vamos corrigi-lo".
14. Na escola, as mulheres que seriam consideradas estudantes do sexo masculino ou lésbicas seriam abertamente escarnecidas, intimidadas e ostracizadas, e também submetidas a assédio sexual para "mudar as suas mentes". Quando se candidatam a um emprego, os funcionários pedem às mulheres que têm formas de expressão consideradas masculinas para mudar a sua maneira de se vestir e se comportar, para estarem em conformidade com as expectativas sociais. Uma mulher lésbica contou-me também que o inquilino pedira que ela e sua parceira pagassem o dobro do aluguel ou que saíssem de casa, já que os vizinhos se recusavam a morar com um casal de lésbicas. Embora a lei de violência doméstica seja neutra em termos de género, uma vítima me disse que quando ela denunciou à polícia a violência de seu parceiro do mesmo sexo, os agentes não a aceitaram porque a lei só cobria casais heterossexuais.
15. Como em outras partes do mundo, os bissexuais são totalmente invisíveis. Ao sair do armário, eles não são levados a sério pelos seus pares que não têm conhecimento sobre o assunto e acabam por ser abandonados pelos seus amigos. Um dos refugiados bissexuais que vivem no assentamento de Maratane disse: "quando percebi que era bissexual, meus amigos de Maratane abandonaram-me, a mesma coisa aconteceu quando meus colegas de escola descobriram sobre minha orientação sexual. Eu me senti muito solitário. Eles costumavam provocar-me, dizendo que sou anormal".
16. Como outros membros da comunidade, os *gays* são pressionados por sua família e pela sua comunidade a se ajustarem às expectativas sociais: casar e ter filhos. Por medo de não atender a essas expectativas ou de ser excluído das suas famílias ou comunidades, muitos homens homossexuais escondem a sua orientação sexual. Um jovem *gay* em Nampula disse-me, por exemplo: "Se eu contar ao meu pai sobre a minha sexualidade, serei um problema". Eu ouvi muitos casos de *gays* que foram pressionados pela família a mudar a sua orientação sexual, por exemplo, através de "curas" de igrejas ou médicos tradicionais. Se isso não funcionar, ouvi dizer que algumas famílias os enviam para o serviço militar ou para os conventos para se tornarem padres, outros são expulsos de suas casas. Homens homossexuais enfrentam discriminação e violência na escola, nos centros de saúde e no trabalho. Os homens privados de liberdade por serem abertamente *gays* e aqueles que são percebidos como femininos enfrentam o assédio, o estigma, e ostracismo, um processo destrutivo dá azo à exclusão. No trabalho, tenho ouvido estórias de homossexuais que pararam de trabalhar devido ao assédio e abuso. Ouvi, por exemplo, o caso do pai que descobriu a homossexualidade do seu filho e pediu ao seu empregador para o demitir. Então, ele proibiu-o de trabalhar até que ela fosse "curada". Devido à estigmatização e exclusão social, os homens homossexuais podem dedicar-se ao trabalho sexual. Neste contexto, tenho ouvido estórias de casos de violência institucional pela polícia, como forma de puni-los.
17. Os homossexuais são particularmente vulneráveis ​​na prisão. Eu ouço muitos testemunhos correspondentes de homens homossexuais que foram estuprados e submetidos à pressão de outros presos e funcionários da prisão para ficar em silêncio. Como em qualquer outra prisão do mundo, alguns prisioneiros têm sexo consensual. Apesar da alta prevalência do HIV e do alto nível de infecção pelo HIV, as autoridades penitenciárias não fornecem preservativos, pois acreditam que "estimularão" as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo. Também ouvi dizer que eles podem pensar que tal distribuição levaria à rejeição daqueles que os usam pela família, uma vez libertados, por terem "mudado sua orientação sexual na prisão".

**O papel das instituições do Estado e de outras partes interessadas**

1. Para abordar qualquer caso de violência e discriminação, o papel das instituições do Estado é crucial. Independentemente de serem as instituições da cadeia de justiça, saúde pública ou serviços sociais, cada instituição depende da existência de uma política pública virada para o reconhecimento da existência e dos desafios específicos enfrentados pelas pessoas LGBT. No entanto, durante a minha visita, ficou evidente que há uma total ausência de tal política pública. Os resultados são múltiplos:
2. por um lado, o próprio sistema tende a tornar invisível a orientação sexual e a identidade de género como uma característica da existência humana e como motivo de violência e discriminação. Portanto, os agentes do Estado estão mal equipados para atender às necessidades específicas dessas populações;
3. isso leva a outra grande preocupação: a falta de estatísticas em torno da orientação sexual e identidade de género em cada sector, como resultado da ausência de métodos apropriados de auto-identificação, colecta e processamento de dados. Portanto, as estatísticas oficiais tendem a subestimar ou ignorar completamente o número de incidentes, e a categorização prejudicial e imprecisa dos casos leva a erros de identificação, ocultação e desvalorização. A falha sistémica na colecta de dados geralmente resulta na invisibilidade virtual das preocupações e problemas das pessoas LGBT;
4. por sua vez, a falta de dados leva à ausência de políticas públicas adequadas para responder às preocupações válidas e problemáticas da comunidade.
5. Devo dizer uma palavra especial de reconhecimento para a principal organização LGBT em Moçambique, a Lambda. Raramente em minha carreira entro em contacto com um contexto em que uma única organização assumiu completamente a defesa da vida e integridade de cada pessoa LGBT em um país de quase 30 milhões de pessoas.
6. Entendo que a Lambda ainda não recebeu o seu status legal, apesar de satisfazer todos os requisitos formais e substanciais de acordo com o seu direito de associação. Durante a minha visita, fiquei especialmente impressionado pelo facto de cada um dos entrevistados - sem excepção - ter identificado a organização como indispensável neste domínio e feito referência à falta de reconhecimento da sua personalidade jurídica como um facto que não tem base legal. Cada pessoa pessoa entrevistada, sem excepção. Além disso, Excelências, depois de muitas conversas com pessoas LGBT em Moçambique, estou convicto de que através do seu trabalho, a Lambda salvou muitas vidas. Tenho certeza de que muitas pessoas teriam considerado medidas desesperadas se não tivessem encontrado a comunidade que a Lambda criou e oferece. Estes são os seus compatriotas, as pessoas sob a jurisdição de Moçambique, cujo bem-estar o Estado deve assegurar. Todos os moçambicanos e o Estado moçambicano devem uma dívida de gratidão a esta extraordinária organização. O reconhecimento da sua personalidade jurídica é um imperativo legal, mas fazê-lo imediatamente também reconheceria o imperativo moral.

**O caminho a seguir**

1. Apresentarei o âmbito completo das minhas recomendações no corpo do relatório de minha visita ao país. Enquanto isso, posso adiantar que as minhas recomendações serão divididas em três categorias:
2. estabelecimento de uma base de conhecimento mínimo: como indicado nestas observações preliminares, o Estado moçambicano sabe muito pouco sobre a sua população LGBT. Uma base de conhecimento deve ser estabelecida para entender o estado actual dessas pessoas, incluindo todos os diferentes elementos que determinam a sua experiência de vida. As boas práticas usuais a este respeito partem de cinco pontos de partida: saúde, educação, bem-estar económico, segurança pessoal e violência, e participação política e cívica;
3. uma investigação sobre alegações de violações através das chamadas "terapias de conversão" que seriam perpetradas em centros de detenção não estatais;
4. realização de uma campanha de consciencialização junto às estruturas do Estado, outras partes interessadas, como as autoridades e médicos tradicionais e a população em geral;
5. formulação de políticas e protocolos para instituições-chave que tenham um papel na promoção da inclusão social de pessoas LGBT; e
6. adopção de legislação contra a discriminação em todos os sectores-chave da vida social.
7. Além disso, recomendo que o Estado moçambicano proceda imediatamente com a concessão da personalidade jurídica da organização Lambda. Como me referi nestas observações preliminares, não tenho dúvidas de que a Lambda é uma organização indispensável, que trabalha em colaboração com o Estado, a comunidade internacional, outras organizações da sociedade civil e, mais importante, a comunidade lésbica, *gays*, bissexuais e trans em Moçambique. Todas as partes interessadas reconhecem este facto e qualquer consideração de *realpolitik* deve agora ser reavaliada. Excelências, não se trata apenas de um imperativo legal, mas, sobretudo, de uma obrigação moral na ausência da qual o Estado parece tolerar a discriminação.

**Excelências**

1. Hoje comemoramos o 70º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Em 2003, um grande africano, o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, exprimiu o seu apoio à não discriminação de LGBT, afirmando que "as Nações Unidas não podem tolerar qualquer perseguição ou discriminação contra as pessoas por qualquer motivo". Em sua carta aberta de 2014, o ex-presidente Chissano ampliou esta mensagem:

*Não podemos mais nos permitir discriminar pessoas com base em idade, sexo, etnia, status de imigrante, orientação sexual e identidade de género, ou por qualquer outro motivo: temos que liberar todo o potencial de todos. Como um africano que existe há muito tempo, entendo a resistência a essas ideias. Mas também posso dar um passo atrás e ver que o curso mais amplo da história da humanidade, especialmente no último século, é a expansão dos direitos humanos e liberdades. Os líderes africanos devem estar no comando disto, e não se atrasar. Não neste momento crítico.*

1. Agradeço estas palavras e a sabedoria que elas transmitem. Estamos, de facto, nesse momento crítico e espero que o Governo moçambicano cumpra o seu papel. A tela de pano de Moçambique será grandemente enriquecida com esta preciosa humanidade que, actualmente excluída, espera desempenhar o seu papel na construção de uma grande sociedade.

Muito obrigado.

Maputo,

10 de Dezembro de 2018